Sobre o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 17

Sobre el Objetivo de Desarrollo Sostenible 17

On Sustainable Development Goal 17

Santiago Alcázar

Resumo: O artigo trata do ODS 17, que é aquele que faz possível todos os demais. O ODS 17 visa o fortalecimento dos meios de implementação da Agenda 2030, que são as parcerias. Parceria, parceiro, união de propósitos para levar adiante o projeto da Agenda, que é também o da ideia encerrada no projeto de nações unidas em torno à Organização do mesmo nome. A ideia de um mundo em transformação para o mundo que queremos está na origem da Organização. Os impedimentos e desafios são muitos, mas nenhum deles consegue apagar o espírito da grande maioria dos países, que apoiam incondicionalmente a Agenda 2030 e os seus ODS.

Resumen: *El artículo trata del ODS 17, que es aquel que hace posible todos los demás. El ODS 17 reúne los medios de implementación de la Agenda 2030, que se materializan en la asociación. Asociación, socio, unión de propósitos para llevar adelante el proyecto de la Agenda 2030, que es también el de la idea encerrada en el proyecto de naciones unidas en torno a la Organización del mismo nombre. La idea de un mundo en transformación para el mundo que queremos está en el origen de la Organización. Los impedimentos y desafíos son muchos, pero ninguno de ellos ha apagado el espíritu de la gran mayoría de los países, que apoyan incondicionalmente la Agenda 2030 y sus ODS.*

Abstract: *This paper is about SDG 17, the SDG that makes all the other SDGs possible. The purpose of SDG 17 is to strengthen the means of implementation of 2030 Agenda, that is to strengthen the partnerships. Partnership, partner, the coming together of people to drive forward the project of the 2030 Agenda is the same idea at the origin of uniting nations through the United Nations Organization. The idea of transforming the world for a world that we all want is what the UN is all about. The difficulties and challenges are immense, but the spirit of most of the State members is unbroken. They support, unconditionally the 2030 Agenda and its SDGs.*

O Foro Político de Alto Nível (HLPF), a principal plataforma responsável, no âmbito das Nações Unidas, pela medição de progresso da Agenda 2030 e de seus ODS, encerrou-se no dia 15 de julho com a aprovação da Declaração ministerial[1].

A Declaração é um documento importante pela clareza com que expõem, por um lado, as forças de desagregação global que dificultam o avanço da Agenda 2030 e, por outro, a persistência da confiança no multilateralismo por parte da maioria dos Estados membros, refletida no espírito de cooperação que permitiu avanços, não obstante as dificuldades interpostas.

[1] https://documents.un.org/symbol-explorer?s=E/2026/L.16&i=E/2026/L.16_1784099089676

Os desafios presentes não são de pouca monta, como se sabe – crescente pressão com o aumento das inequidades; com o aumento do gap financeiro; com o aumento dos conflitos; com o aumento dos efeitos da mudança climática, como o Super El Niño; com o aumento da perda da biodiversidade; com o aumento do peso da dívida; com o aumento da insegurança alimentar e do acesso à energia; com o aumento da falta de confiança no multilateralismo.

E, no entanto, não obstante esse quadro sombrio, houve avanços, como atestam os relatórios oficiais. O Brasil, por exemplo, segundo o Relatório Nacional Voluntário Nacional, registrou índice de Gini de 0,506, a menor marca da série histórica[2]. O país ocupa a 53ª posição no Índice de Desenvolvimento Sustentável de 2026, com 74,2 pontos, acima da média regional de América Latina e o Caribe (70,5). Cabe destacar também a realização da 1ª Conferência Nacional dos ODS (30 de junho a 2 de julho)[3], importante como exemplo de uma construção coletiva em favor do desenvolvimento.

O HLPF deste ano focou a sua atenção nos seguintes cinco ODS: 6 (água), 7 (energia), 9 (infraestrutura), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (parcerias). Este artigo tratará somente do último, o ODS 17.

O ODS 17 é aquele que faz possível todos os demais, no entendimento de que é impossível avançar na implementação dos objetivos sem a cooperação de um amplo leque de atores – governos, povos originários, sociedade civil, setor privado, comunidades científicas, comunidades acadêmicas, todos em suma, como reza a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que deu origem à Agenda 2030, intitulada “Transformando o nosso mundo”[4].

A totalidade de atores que devem envolver-se com as transformações exigidas pela Agenda 2030 é a mesma que está inscrita no parágrafo preambular da Carta das Nações Unidas – “Nós, os povos”. A Carta expressa a vontade coletiva dos 51 países que a assinaram, em 1945, na cidade de São Francisco. A vontade coletiva era a de nunca mais repetir os horrores cometidos na Segunda Guerra, bem como a série de eventos que conduziu àquela conflagração.

Nesse contexto, “Nós os povos” e as parcerias para levar adiante a Agenda 2030 e os ODS expressam a mesma coisa, a mesma coletividade. É como se houvesse um acordo tácito para garantir o “Nunca Mais” e para implementar as condições que levam ao desenvolvimento sustentável. Alguns analistas criticam que a Agenda 2030 e os ODS não contemplam os direitos humanos, fator imprescindível tanto para o desenvolvimento sustentável, quanto para a meta de paz e segurança.

É possível que, durante os debates que levaram à formulação do que deveria ser a Agenda 2030 e os ODS, não se tenha dado suficiente atenção à questão de direitos humanos. A questão fundamental, no entanto, é a profunda interrelação que existe entre desenvolvimento e paz e segurança – não há desenvolvimento sustentável sem a paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável, como diz a Declaração ministerial. É importante observar, ademais, de que tampouco há desenvolvimento sustentável sem reconhecimento e respeito dos direitos humanos e não há reconhecimento e respeito dos direitos humanos sem desenvolvimento sustentável. O que remete ao fato de que paz e segurança, reconhecimento e respeito dos direitos humanos e desenvolvimento sustentável se remetem uns aos outros de

[2] https://hlpf.un.org/countries/brazil/voluntary-national-reviews-2026

[3] https://www.conferenciaods.org

[4] https://basus.info/wp-content/uploads/2025/04/A_RES_70_1_E.pdf

maneira profunda; são objetivos essencialmente interrelacionados e representam o significado profundo do que almeja a ideia de nações unidas em volta ao projeto da Organização das Nações Unidas. São também as condições que devem guiar as transformações necessárias para levar adiante o sonho de um mundo melhor, tanto para os que saíram dos horrores da Segunda Guerra, quanto para aqueles que querem sair da lógica perversa do liberalismo econômico e da opção política que produz inequidades e injustiças sociais.

O estado atual dos ODS é muito insuficiente. Somente 36% das 139 metas estão no caminho certo para serem alcançadas em 2030; 49%, mostram avanços insuficientes e 15% estão em franco retrocesso em comparação a 2015.

O propósito do ODS é fortalecer os meios de implementação dos ODS, ou seja, fortalecer as parcerias ou fazer que elas se realizem. Num mundo tão atormentado por diferenças e conflitos, como reconhece a Declaração ministerial, a questão fundamental é saber se existem as condições mínimas para que os atores relevantes se unam em volta ao projeto de transformar o nosso mundo, como propõe a resolução que deu origem à Agenda 2030.

O ODS 17 tem 19 metas, assim divididas: Finanças (17.1 a 17.5); Tecnologia (17.6 a 17.8); Capacitação (17.9); Comércio (17.10 a 17.12); Assuntos Sistêmicos (17.13 a 17.19).

Todas as metas são importantes, mas as que têm maior impacto para o desenvolvimento são as relativas às finanças e ao comércio: não há desenvolvimento sem financiamento e, em alguns casos, para países de menor desenvolvimento relativo, as exportações são o principal meio para financiar o desenvolvimento.

É preciso esclarecer uma ideia desde logo. O desenvolvimento não é um estágio final, cristalizado. Nesse contexto, nenhum país é desenvolvido, mas em desenvolvimento, em maior ou menor grau. Não se é desenvolvido. Está-se em desenvolvimento. Os países que estão mais avançados no desenvolvimento têm excedentes de capital que favorecem o desenvolvimento contínuo. Os países que estão menos desenvolvidos, não têm excedentes de capital. Esse é o principal problema.

Entre as metas relativas às finanças, destaco três: i) realização do compromisso dos países mais ricos de destinar 0,7% dos seus respectivos PIBs aos países de menor desenvolvimento relativo a título de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA); ii) mobilização de recursos financeiros, por meio de bancos de desenvolvimento sobretudo, doações e empréstimos concessionais para financiar o desenvolvimento dos países de menor desenvolvimento relativo; iii) aliviar o peso da dívida dos países de menor desenvolvimento relativo. Os países de menor desenvolvimento relativo são um grupo de 78 países, mais de um terço do conjunto de Estados membros das Nações Unidas.

Infelizmente, as três metas acima apresentam um quadro de piora. A ODA vem caindo ano a ano. Em 2025, a queda foi de 24% e estima-se para 2026 uma queda adicional de 7%. Os investimentos externos diminuíram em 2% e a sustentabilidade da dívida tornou-se irrealizável. Com efeito, a dívida dos países em desenvolvimento alcançou exorbitantes US$ 11,7 trilhões. O custo anual dessa dívida situa-se em pouco menos de US$ 1 trilhão, por ano.

E mais que evidente que num quadro assim, com o derretimento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, a perda de interesse em investir nos países de menor desenvolvimento relativos e o enorme peso dos serviços da dívida – que o avanço para implementar os ODS seja problemático para os países menos favorecidos. O estado abaixo do esperado dos ODS tem

muito, senão tudo, a ver com a situação financeira dos países de menor desenvolvimento relativo.

Com respeito às metas de comércio, basta destacar somente uma – promoção de um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, não discriminatório e equitativo no âmbito da OMC. Um leitor de outro planeta que lesse essa meta, diria que faz todo sentido e pensaria que constitui um passo fundamental para a cumprir a meta de parceria rumo ao desenvolvimento sustentável. E teria razão de pensar assim. Acontece que, neste planeta, todos sabem que a OMC está paralisada desde 2019, quando o seu órgão de apelação deixou de funcionar por boicote dos EUA. O comércio internacional não está paralisado, mas as regras de funcionamento estão frouxas, a discriminação é lei e o sentido equitativo é algo desconhecido. Desde o segundo mandato do Presidente Donald Trump, o comércio internacional entrou em parafuso e ninguém mais é capaz de fazer apostas com confiança.

É preciso incluir neste escrito uma outra meta: a que diz respeito a Assuntos Sistémicos sob o título "aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas". A estabilidade macroeconômica, como todos sabem, foi gravemente afetada pelas tensões geopolíticas, assim, ao invés de estabilidade o que se tem é uma perigosa instabilidade global.

Sem poder contar com comércio justo e equitativo e com a instabilidade macroeconômica em alta, o que se tem e a possibilidade de avançar na meta sobre finanças, que como vimos, não promete. Ainda assim, é preciso remeter-se ao Compromisso de Sevilha, documento final da 4ª Conferência Mundial sobre Financiamento para o Desenvolvimento adotado em julho de 2025, naquela cidade andaluza.

O propósito do Compromisso reside na proposta de fechar o gap financeiro dos ODS, que é a diferença entre os recursos necessários e os recursos disponíveis para financiar os ODS, por ano. O gap atual é da ordem de US$ 4,3 trilhões. Em síntese, o Compromisso propõe 4 ações: i) reforma do sistema financeiro internacional por meio de novas ferramentas financeiras; ii) aumentar a capacidade de investimento dos bancos de desenvolvimento; iii) incentivar sistemas impositivos justos e transparentes e combater a evasão fiscal; iv) sustentabilidade das dívidas.

A principal crítica que se pode fazer à 4ª Conferência é o elevado número de lobistas em comparação ao número de integrantes das delegações oficiais, o que nunca é um bom sinal. Os lobistas não foram a Sevilha para ouvir flamenco, mas para influir na redação do documento final. Os interesses das delegações oficiais às vezes coincidirão com as de lobistas, mas nunca serão idênticas.

A tão falada reforma do sistema financeiro internacional é um exemplo. As reformas que interessam ao setor privado não serão necessariamente as que buscam os representantes dos estados.

A totalidade de ativos financeiros no mundo situa-se entre US$ 400 trilhões e US$ 500 trilhões. Canalizar uma parte ínfima desse montante para os ODS seria suficiente para cobrir o gap financeiro e cumprir o objetivo da Agenda 2030. Para isso, no entanto, é preciso que os interesses de uns e os objetivos de outros coincidam. Até o presente não houve essa coincidência, talvez porque ela reclama "generosidade" e esse termo é tratado no meio financeiro com condescendência que beira ao insulto.

Aumentar a capacidade de financiamento dos bancos públicos de desenvolvimento pode ser um caminho, mas talvez não seja suficiente diante da imensidão do gap financeiro.

Restam duas ações propostas pelo Compromisso: i) a criação de sistemas de imposição justos e transparentes e combate eficaz à evasão fiscal; ii) o alívio da dívida.

A primeira, parece realizável em sua primeira parte, ainda que o grau de transparência requerido seja sempre uma questão espinhosa. O problema reside na segunda parte; como evitar a evasão fiscal? O problema é parecido com a questão: como evitar o crime? Pode haver uma profusão de propostas, mas não creio que a questão de como financiar o desenvolvimento tenha que obrigatoriamente passar por aí. A corrupção é um mal que ninguém defende, a não ser os criminosos, mas é também uma distração útil para evitar concentrar a atenção em reformas estruturais necessárias.

O alívio da dívida também é problemático, uma vez que se trata de tornar sustentável o montante da dívida de modo a permitir aos países de menor desenvolvimento relativo poder investir nos ODS. O assunto principal dos debates nessa área é como transformar a dívida em investimento, o que parece reclamar "generosidade" por parte dos credores.

O leitor que seguiu até aqui diria que nada se fez, mas estaria equivocado. Muita coisa se fez desde 2015. Centenas de milhões de pessoas ganharam acesso à água potável e à saneamento. A eletricidade alcança 92% da população mundial. O uso da Internet saltou de 40 a 74%. A meta de redução de redução da mortalidade infantil foi alcançada por 134 países, um número impressionante.

Ao menos 59 países eliminaram ao menos uma doença tropical negligenciada. Pela primeira vez, pouco mais da metade da população mundial tem algum tipo de proteção social.

Há 10 anos atrás, faltavam dados seguros para metade dos ODS. Hoje, o banco global de dados cobre mais de 3 milhões de pontos estatísticos, cobrindo quase a totalidade de indicadores. Em consequência, a imagem do estado dos ODS hoje é muito mais precisa.

Nada disso teria sido possível sem a mediação do ODS 17, as parcerias, o espírito coletivo expressado na Carta por meio da expressão "Nós, os povos" e na Resolução que deu partida à Agenda 2030 "*Somos nós, os povos que estamos embarcando no caminho para 2030 – governos, povos originários, sociedade civil, setor privado, empresários, comunidades científicas e acadêmicas, todos em suma".*

A Carta das Nações Unidas baseia-se em três ideias-pilares: i) paz e segurança; ii) direitos humanos; iii) desenvolvimento. As três ideias-pilares são apresentadas na Carta como rótulos indicativos para serem desenvolvidos posteriormente.

Em 1945, ninguém tinha clara consciência da profundidade do que significa "reconhecimento e respeito dos direitos humanos". Foi somente em setembro de 2023, durante a nova sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que foi sugerido pelo Brasil um novo ODS – igualdade étnica e racial, que olhando em retrospectiva é algo evidente e necessário. Esse novo ODS é o de número 18. As ideias mais simples são às vezes as que mais tardam em tornaram-se evidentes.

Tampouco havia ideia clara sobre o que é "desenvolvimento", nem das complexidades envolvidas em sua busca.

Por outro lado, sabia-se perfeitamente o que era "o anseio de paz e segurança". A experiência da Segunda Guerra terá provocado traumas profundos nas sensibilidades da época, talvez maiores dos que até então haviam sido produzidos na coletividade humana. As sensibilidades feridas foram as que levaram adiante a ideia de reconhecimento e respeito dos direitos humanos, bem como da necessidade de prover bens materiais, que viriam com o desenvolvimento.

No momento da descoberta do horror juraram o "Nunca Mais" e fizeram a promessa de que todos – *Nós, os povos* – estariam envolvidos no projeto de construção de um mundo que não repetisse os erros do passado.

O que talvez tenha passado desapercebido é o papel crucial da ética, que havia sido enterrada sob escombros. O "Nunca Mais", no entanto, é o ressurgimento surpreendente da ética que reclama a valorização do ser humano.

É a ética que confere sentido e amplitude à noção vaga de direitos humanos.

É também ela que traça o caminho ao desenvolvimento, que tem de ser sustentável.

Desdobrar os significados profundos de direitos humanos e de desenvolvimento não é algo que se faz imediatamente, como testemunha a história das Nações Unidas.

O importante aqui é procurar entender que as três ideias-pilares refletem o caráter ético e, por isso, universal, do empreendimento que é a Organização das Nações Unidas.

Em recente debate aberto com os candidatos ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, ventilou-se a pergunta: o que pode fazer o SG quando a ética não é suficiente? A pergunta é absurda. Sem ética não há Nações Unidas. Ter-se-á outra coisa, mas não se terá a Organização criada a partir do "Nunca Mais" que lhe deu sentido e autoridade.

Segundo o Secretário-Geral, mais de 170 países apoiam a Agenda 2030. Os avanços feitos a partir de 2015 são significativos, como se viu acima. Existe vontade política de avançar na implementação dos ODS. Segundo o Relatório do SG sobre progresso dos ODS, 163 países reportaram possuir legislação estatística nacional compatível com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas. A mesma fonte revela que entre 2015 e 2024, 87% dos países realizaram ao menos um censo demográfico e de habitação. O mundo está muito mais interligado hoje. É possível conhecer com detalhe o que se faz para avançar na implementação dos ODS em praticamente todos os cantos do mundo. A foto do estado do mundo hoje é muito mais precisa do que em qualquer tempo anterior.

Se é assim, se há consenso com respeito à necessidade de avançar nos ODS, o que impede a plena realização do ODS 17? Num quadro em que praticamente a totalidade dos países apoia a Agenda 2030 e os seus ODS; em que a maioria procura ajustar as suas respectivas políticas aos ODS, como atestado pelos HLPF; em que há uma consciência generalizada sobre as inequidades e injustiças e que é preciso fazer transformações fundamentais para as superar – o que impede a realização do ODS 17?

A dificuldade, ou impossibilidade, de levar adiante o Compromisso de Sevilha é um fator importante, mas certamente não o único. Mais importante, creio, é a falha moral que se viu de maneira gritante durante pandemia da Covid-19, na distribuição desigual de vacinas. O Secretário-Geral das Nações Unidas disse na ocasião que havíamos sido reprovados em ética.

Em seus 81 anos de existência, não foi a primeira vez que fomos reprovados em ética. Os exemplos são muitos, mas bem ou mal sempre conseguíamos resgatar pedaços de ética.

O que se viu na pandemia foi a volta da crueldade que tanto havia espantado os fundadores. Foi como se tudo voltasse a acontecer, não obstante o Nunca Mais, como numa voragem que não se pode explicar.

Como se disse acima, sem ética as Nações Unidas não têm sentido.

Nesse contexto, voltando à pergunta: o que impede a plena realização dos ODS? O que impede, frente à força de união, de percepções e de propósitos, de que é testemunha o HLPF? O que impede frente à vontade da maioria de um mundo melhor?

Frente às forças de união há forças de desagregação, algumas das quais listo a seguir, a título de exemplo, sem comentários por achar que não são necessários: i) o genocídio em Gaza; ii) a guerra dos EUA e Israel contra o Irã; iii) a guerra na Ucrânia; iv) o risco de uma confrontação nuclear; v) a nova corrida armamentista; o fechamento do Estreito de Ormuz; o aquecimento global, o Super El Niño e a perda irreversível da biodiversidade; o impasse esperado que impede a conclusão do tratado sobre pandemias; a questão da água; a questão da energia; a IA e as suas exorbitantes demandas por água, energia e investimentos, puxando para um lado as demandas humanas.

Não tudo está perdido, contudo. Em junho de 2024, por ocasião da Cúpula do G-20, celebrada no Rio de Janeiro, o Brasil lançou uma proposta. Frente ao alarmante crescimento do número de pessoas enfrentando insegurança alimentar e pobreza, não obstante os esforços para avançar nos ODS 1 (fome zero) e 2 (eliminação da pobreza extrema), não se está fazendo o suficiente. Por essa razão, o Brasil propôs a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

A Aliança hoje conta com apoio de mais de 86 países, bem como de todo o Sistema Nações Unidas. O espírito de colaboração coletiva, que deu origem às Nações Unidas e à Agenda 2030 está aí, vivo. É esse espírito que moverá montanhas e fará as transformações necessárias para um mundo melhor.